

# ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E INTERVENÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA BIOÉTICA AMBIENTAL

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Robiran José dos Santos Junior

Marta Luciane Fischer  
EIXO: Ensino Aprendizagem  
CATEGORIA: Comunicação Oral ( )  
Pôster Comentado (X)

## RESUMO

A Educação Ambiental (EA) é norteada por leis, decretos e resoluções, hierarquicamente organizadas, sendo as políticas nacionais construídas sob influência de acordos e tratados internacionais levando a expectativa de consonância de princípios e valores. Assim, se questionou a inclusão da perspectiva bioética na concepção e aplicação desses documentos considerando a identificação e mitigação de vulnerabilidades por meio do diálogo e emprego de valores comuns em decisões complexas e globais. Tendo como hipótese a diluição da fundamentação ética, objetivou-se analisar as políticas de EA sob perspectiva bioética por meio de revisão exploratória dos documentos oficiais, comparando os desdobramentos nas esferas internacional, federal, estadual e municipal, testando a acessibilidade a esse conteúdo por professores do ensino básico e por meio do mapeamento dos programas de EA veiculados no meio digital. Para verificar a acessibilidade aos documentos oficiais que fundamentam a prática da EA por professores da rede pública de ensino básico, foi aplicado um instrumento de autoria do próprio pesquisador, que consistiu em uma pesquisa livre na internet, sem a delimitação de tempo ou conteúdo, em que o participante buscasse um ou mais conteúdos que fundamentassem seu processo de ensino de EA. Foi realizada uma amostragem qualitativa heterogênea compreendendo um total de 10 professores, que lecionam ciências, biologia e outras disciplinas, foi registrado: tempo utilizado; conteúdo recuperado; correspondência com os documentos levantados na presente pesquisa; quantidade de conteúdos recuperados; facilidade de acesso; satisfação com a qualidade dos conteúdos recuperados. O mapeamento dos programas de EA divulgados na internet se deu por meio de pesquisa no buscador Google.com, destituído de login, utilizando-se os unitermos em português: “programa de Educação Ambiental”, “projeto de Educação Ambiental”, “ação de Educação Ambiental”, “intervenção de Educação Ambiental”, singular e plural. Foram analisadas as 100 primeiras referências de cada termo, recuperando-se apenas os resultados que tratavam de intervenções de EA. A amostra foi categorizada quanto: a temática; tipo de intervenção; local; público alvo; tipo de instituição; tipo de ação; tipo de conteúdo; valores éticos que se apoia; vulnerabilidades que visa mitigar; pontos fortes, limitações e se viabilizou a inserção da perspectiva bioética. O levantamento dos documentos oficiais relacionados a EA se deu por meio de uma revisão exploratória *on line* em pesquisa livre. A busca recorreu, sobretudo aos sites da Unesco, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil e Prefeitura Municipal. A amostra foi caracterizada quanto ao tipo de documento: Lei, decreto, resolução, diretriz, parecer ou orientação, comparando as variáveis: âmbito internacional, nacional (Brasil), estadual (Paraná) e local (Pinhais), observando a essência da normativa quando reinterpretada de uma esfera legislativa para outra. Os parâmetros foram a fundamentação ética, a promoção de formação específica dos profissionais envolvidos para o cumprimento da normativa e a contemplação da bioética na concepção e desenvolvimento. Os resultados foram analisados quali quantitativamente. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (n. 2.224.210) e a participação condicionada ao aceite do TCLE. Os resultados do

instrumento de acessibilidade aos documentos oficiais obtiveram um total de 34 consultas dos quais 44,1% corresponderam a sites populares; 29,4% sites oficiais; 8,8% artigos científicos; 5,8% e-books; 5,8% revistas eletrônicas; 2,9% redes sociais; e 2,9% documentos oficiais. A média de tempo utilizado na pesquisa dos profissionais foi de 9,8 minutos. Após esse período, 60% dos professores declararam facilidade em resgatar os conteúdos, 30% declararam dificuldade intermediária e 10% declararam dificuldades. Contudo, 50% dos professores se declararam muito satisfeitos com os conteúdos resgatados, 40% parcialmente satisfeitos e 10% pouco satisfeitos. No mapeamento dos programas de EA foram pesquisados um total de 400 conteúdos resgatando-se 7% dos resultados referentes a intervenções de EA. Em relação ao público alvo destacou-se alunos de educação básica (33,9%) e o público em geral (39,6%). Verificou a proeminência da temática da preservação ambiental (66,7%). A maioria das intervenções foram realizadas em ambiente escolar (36,1%), na comunidade em geral (29,7%) e o tipo de intervenção foi principalmente de caráter informacional (38,5%), desenvolvendo principalmente ações relacionadas a atitudes conservacionistas (16,3%) e a reciclagem dos resíduos (20,6%). O conteúdo disponibilizado destacou-se principalmente didático (38,7%) e de senso comum (42,8%), atuando principalmente na comunidade local e realizando atividades com crianças, sendo 50% desenvolvidas por organizações governamentais e 39,3% por organizações não governamentais. Quanto à fundamentação ética se destacaram princípios da sustentabilidade (37,3%) e utilitaristas (30,5%). A Bioética como temática não foi abordada em nenhum dos resultados. A análise dos documentos oficiais relacionados à EA resultou em 431 registros, dos quais 90,5% abordavam temas como destinação de verbas, criação de unidades de conservação e processos administrativos. Dos 41 documentos que versavam especificamente sobre a implementação da EA, 21,9% correspondiam a documentos internacionais, 31,7% federais, 31,7% estaduais e 14,6% municipais. Princípios éticos foram claramente identificados na totalidade dos documentos internacionais, em 38% dos federais, 7,6% dos estaduais e não foram identificados em documentos municipais. Destacando-se, o princípio da responsabilidade e o princípio da preservação na esfera internacional e o da utilidade e sustentabilidade na esfera federal. Cursos de capacitação ou formação foram previstos em apenas 21,9% dos documentos oficiais. A Bioética foi mencionada em apenas um documento internacional. O instrumento de acessibilidade dos professores apontou para uma dificuldade de acesso aos documentos oficiais que normatizam a EA. O mapeamento dos programas de EA apontaram que os conteúdos populares disponibilizados, enfocam em uma EA essencialmente informacional, promovendo principalmente comportamentos pró-ambientais. Também a análise dos documentos oficiais de EA sugestionou uma possível diluição dos princípios éticos originais, à medida que são concebidos do âmbito internacional, para o federal, estadual e municipal. O Presente estudo constituiu um panorama do educador ambiental frente a acessibilidade de documentos oficiais balizadores da EA e referenciais de programas de EA evidenciando a insipiência da perspectiva bioética como elemento plausível de reduzir vulnerabilidades.

**Palavras-chave:** Bioética Ambiental, Educação Ambiental, Documentos Oficiais.

## REFERÊNCIAS

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.

FISCHER, Marta Luciane, e FURLAN, Ana Laura Diniz (2018). **Interfaces entre bioética ambiental e a educação ambiental**. Em A. Sganzerla, P. Rauli e V. Renk (Orgs), Bioética Ambiental (pp.135-164). Curitiba: PucPress, 2018.

SANTOS JUNIOR, Robiran José dos; FISCHER, Marta Luciane. **A vulnerabilidade do professor diante dos desafios da educação ambiental**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Online), v. 50, p. 1022-1040, 2020.

\_\_\_\_\_. **ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: MMA, DF, 2005.